

Resumo da legislação e outras matérias de interesse **de agosto de 2018**

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto - Aprova o Código das Associações Mutualistas. O presente decreto-lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação. As associações mutualistas existentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei dispõem do prazo de um ano, a contar dessa data, para procederem às alterações dos estatutos necessárias à sua conformidade com as normas do Código, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115879178/details/maximized>

Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto - A presente lei estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Todas as pessoas são livres e iguais em dignidade e direitos, sendo proibida qualquer discriminação, direta ou indireta, em função do exercício do direito à identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais.

As entidades privadas cumprem a presente lei e as entidades públicas garantem o seu cumprimento e promovem, no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115933863/details/maximized?serie=I&day=2018-08-07&date=2018-08-01>

Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto - Este decreto-lei cria o Estatuto da Agricultura Familiar. Reconhece-se o estatuto da exploração agrícola familiar e cria-se um título que identifica a/o responsável da exploração agrícola familiar, que tem de:

- ser maior de idade
- ser titular de uma exploração agrícola familiar que:
 - esteja situada em terrenos rústicos ou mistos regularizados no registo predial, nas Finanças e no cadastro geométrico
 - use pelo menos 50 % de mão-de-obra familiar
- ter um rendimento coletável menor ou igual ao 4.º escalão do IRS (até 25.000 € em 2018)
- não ter recebido no ano anterior ano mais do que 5.000 € de apoios de fundos da União Europeia.

Reconhecem-se direitos à/ao titular da exploração agrícola familiar

https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/115933868/details/maximized?p_p_auth=jWdb9xm7

Lei n.º 39/2018, de 8 de agosto - Estabelece um prazo mínimo de 120 dias de antecedência para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária e Aduaneira, alterando a Lei Geral Tributária.

Sempre que a Autoridade Tributária e Aduaneira não cumpra o prazo mínimo de antecedência previsto na alínea o) do n.º 3, a data limite para o cumprimento da respetiva obrigação declarativa prorroga-se pelo mesmo número de dias de atraso.»

Nos anos de 2018 e 2019, o prazo de antecedência mínima previsto na alínea o) do n.º 3 do artigo 59.º da LGT é de 90 dias.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115940704/details/maximized?serie=I&day=2018-08-08&date=2018-08-01>

Lei n.º 42/2018, de 9 de agosto - Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação para a atividade de transporte marítimo e de benefícios fiscais e contributivos aplicáveis aos tripulantes.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115946547/details/maximized?serie=I&day=2018-08-09&date=2018-08-01>

Lei n.º 43/2018 de 9 de agosto - Prorrogação do prazo no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais

1 - A vigência do artigo 28.º, da alínea b) do artigo 51.º e dos artigos 52.º a 54.º, 63.º e 64.º do EBF é prorrogada até 31 de dezembro de 2019, sendo a mesma avaliada anualmente após essa data.

2 - A vigência dos artigos 20.º, 29.º, 30.º e 31.º do EBF, com a redação dada pelo artigo seguinte, é prorrogada até 31 de dezembro de 2019, sendo a mesma avaliada anualmente após essa data.

3 - A vigência da alínea a) do artigo 51.º do EBF é prorrogada até à entrada em vigor do regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem de navios e do

regime fiscal e contributivo específico para a atividade de transporte marítimo.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115946548/details/maximized?serie=I&day=2018-08-09&date=2018-08-01>

Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto - Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet. Entre outras é punido com pena de prisão de dois a cinco anos o agente que:

- a) Praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima; ou
- b) Difundir através da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à intimidade da vida privada de uma das vítimas sem o seu consentimento.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115946549/details/maximized?serie=I&day=2018-08-09&date=2018-08-01>

Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto - A presente lei estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, doravante designado transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica (TVDE).

Estabelece ainda o regime jurídico das plataformas eletrónicas que organizam e disponibilizam aos interessados a modalidade de transporte referida no número anterior.

Não se aplica a plataformas eletrónicas que sejam somente agregadoras de serviços e que não definam os termos e condições de um modelo de negócio próprio.

São também excluídas do âmbito de aplicação da presente lei as atividades de partilha de veículos sem fim lucrativo (carpooling) e o aluguer de veículo sem condutor de curta duração com características de partilha (carsharing), organizadas ou não mediante plataformas eletrónicas

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115991688/details/maximized?serie=I&day=2018-08-10&date=2018-08-01>

Declaração de Retificação n.º 25-A, de 10 de agosto - retifica a Lei 45/2018 republicando o

texto integral «Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica».

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/116029380/details/maximized?serie=I&day=2018-08-10&date=2018-08-01>

Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/116029384/details/maximized?serie=I&day=2018-08-13&date=2018-08-01>

Portaria n.º 228/2018, de 13 de agosto - No sentido de simplificar a obrigação a cargo dos operadores económicos, o Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto, alterou a Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, prevendo que a obrigação das empresas de mediação imobiliária seja de mero depósito, por via eletrónica, quando estas utilizem o modelo de contrato de mediação imobiliária e de aprovação prévia de modelos de contratos de mediação imobiliária, a aprovar por portaria dos membros do Governo das áreas da justiça, do imobiliário e da defesa do consumidor.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/116029398/details/maximized?serie=I&day=2018-08-13&date=2018-08-01>

Lei n.º 48/2018, de 14 de agosto - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legitimário na convenção antenupcial. A estipulação referida apenas é admitida caso o regime de bens, convencional ou imperativo, seja o da separação.

Não são inoficiosas as liberalidades a favor do cônjuge sobrevivente que tenha renunciado à herança nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 1700.º, até à parte da herança correspondente à legítima do cônjuge caso a renúncia não existisse.»

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/116043535/details/maximized?serie=I&day=2018-08-14&date=2018-08-01>

Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto - A presente lei cria o regime jurídico do maior acompanhado, eliminando os institutos da interdição e da inabilitação. O domicílio do menor

sujeito a tutela é o do seu tutor.

O domicílio do maior acompanhado é o determinado nos artigos anteriores, salvo se a sentença que decretou o acompanhamento dispuser de outro modo.

Quando tenha sido instituído o regime de administração de bens, o domicílio do menor ou do maior acompanhado é o do administrador, nas relações a que essa administração se refere.

Não são aplicáveis as regras dos números anteriores se delas resultar que o menor ou o maior acompanhado não tem domicílio em território nacional.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/116043536/details/maximized?serie=I&day=2018-08-14&date=2018-08-01>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

<https://dre.pt/application/file/a/116068578>

Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto - Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro

<https://dre.pt/application/file/a/116068579>

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 25/2018/M, de 17 de agosto - Apresenta à Assembleia da República a Proposta de Lei que procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na sua redação atual, que aprovou o Código do IRS.

<https://dre.pt/application/file/a/116090702>

Lei n.º 57/2018, de 21 de agosto - Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, bem como a prestação de serviços de pagamento e emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva (UE) 2015/2366, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2009/110/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010, e que revoga a Diretiva 2007/64/CE.

<https://dre.pt/application/file/a/116127944>

Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto - Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor e procede à primeira alteração à

Lei n.º 10/2001, de 21 de maio, que institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, à Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, e ao Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março, que aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

<https://dre.pt/application/file/a/116127947>

Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto - Regulamenta o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Regime Jurídico do RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

<https://dre.pt/application/file/a/116127949>

Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto - Altera o regime de autorização de exploração dos estabelecimentos de alojamento local, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto.

<https://dre.pt/application/file/a/116149766>

Aviso n.º 107/2018, de 24 de agosto - Entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e Barbados para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Londres, em 22 de outubro de 2010.

<https://dre.pt/application/file/a/116166676>

Portaria n.º 235/2018, de 23 de agosto - Quarta alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.

<https://dre.pt/application/file/a/116148341>

Portaria n.º 238/2018, de 29 de agosto - Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2018, de um subsídio, no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca.

<https://dre.pt/application/file/a/116237281>

PORTAL DAS FINANÇAS

Ficha doutrinária: Processo: n.º 13170/2018, sobre Isenções – Possível aplicação das regras de isenção do IVA, às transmissões de bens destinados às Ilhas Canárias. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al d) do n.º 2 do art. 1.º; art. 14.º, n.º 1, al. a).

Conclusão: Face ao exposto, a transmissão efetuada pela Requerente (OE-PT) ao cliente situado nas Canárias pode ser isenta do IVA por aplicação da alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º

do CIVA, caso se confirme:

- a expedição dos bens efetuada pelo 'PT' e o cumprimento das formalidades aduaneiras efetuadas no território nacional (declaração de exportação em nome do OE-PT'), com base na fatura emitida pela transmissão de bens por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA.

A fatura que titula a transmissão de bens para as Ilhas Canárias (operação de exportação) deve conter, entre outros, o motivo justificativo da não aplicação do imposto, ou seja, "isenta ao abrigo do artigo 14.º, n.º 1 do CIVA" ou similar. Neste caso, a comprovação da transmissão isenta, conforme impõe o n.º 8 do artigo 29.º do CIVA, é possível com o documento "Certificação de saída para o expedidor/exportador" (cf. Anexo 3 do Ofício-Circulado n.º 15327/2015, de 9 de janeiro de 2015, da Direção de Serviços da Regulação Aduaneira, disponível no Portal das Finanças).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13170.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13299/2018, sobre Autoliquidação do IVA – Opção no caso das importações – Evidência das operações na declaração periódica do IVA. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 8 do art. 27.º.

Conclusão: Considerando que a importação de bens impõe o cumprimento das formalidades aduaneiras previstas na regulamentação comunitária para a introdução em livre prática e consumo, nomeadamente a entrega de uma declaração aduaneira de importação, os registos contabilísticos das operações qualificadas como importação de bens, na aceção do artigo 5.º do CIVA, continuam a ser cumpridos de acordo com o disposto no artigo 44.º, n.ºs 1, 2, alínea b) e n.º 4 do CIVA e no artigo 48.º, n.º 1, do mesmo Código, com base nos elementos do valor tributável do IVA constituído nos termos do artigos 17.º do CIVA e que constam da declaração aduaneira. Pois, só dessa forma é possível dar cumprimento ao disposto no citado n.º 4 do artigo 44.º do CIVA, por exemplo, o valor das operações cujo imposto é total ou parcialmente dedutível, líquido de imposto, não obstante a fatura emitida pelo fornecedor dos bens dever, também, ser evidenciada na contabilidade do destinatário dos bens/importador.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13299.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13497/2018, sobre Localização de operações – Operações realizadas entre vários operadores, a partir de determinados territórios, com moldes e formas, pele e mão de obra. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: 1.º, n.º 1, al. b) e 2.º, n.º1, al. b); arts 5.º e 6.º, n.º 1.

Conclusão: Face ao exposto, afigura-se, salvo melhor opinião, concluir o seguinte:

i. a entrada em território nacional dos moldes e formas está sujeita a IVA por força do disposto

nos artigos 1.º, n.º 1, alínea b) e 2.º, n.º 1, alínea b), do CIVA conjugado com os artigos 5.º e 6.º, n.º 1, do mesmo Código (caso 1);

ii. a entrada em território nacional de gáspeas, após a operação de transformação, é uma operação tributável em sede de IVA,

- face à regra de localização prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º do CIVA, no caso da matéria-prima ter sido adquirida noutro Estado-Membro, a partir do qual tenha sido expedida diretamente pelo fornecedor para o OE_B e, por isso, não tenha sido tributada em IVA (caso 2), e

- por força do disposto nos artigos 1.º, n.º 1, alínea b) e 2.º, n.º 1, alínea b), do CIVA conjugado com os artigos 5.º e 6.º, n.º 1, do mesmo Código, no caso da matéria prima ter sido adquirida em país terceiro (caso 3).

iii. Constituem documentos de suporte à operação de importação as faturas comerciais emitidas ao OE_PT, na qualidade de adquirente dos bens (moldes, formas e das gáspeas) e de destinatário dos serviços (operação de transformação);

iv. O valor tributável do IVA devido pela entrada dos bens, em qualquer um dos casos, é constituído nos termos do artigo 17.º do CIVA, conforme referenciado nas alíneas a) e b) do n.º 3 do precedente ponto III.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13497.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14029/2018, sobre Regularizações - Créditos considerados incobráveis - Regularização do IVA incluído nas faturas (não pagas) reclamadas e reconhecidas em Tribunal. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: 78º-A; 78º-B; 78º-C.

Conclusão: Face ao exposto, caso se verifiquem reunidos os requisitos legais previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 78º-A do CIVA, e desde que estejam certificados pelo ROC, nos termos previstos no artigo 78º-D, pode o Requerente solicitar um pedido de autorização prévia nos termos previstos no nº 1 do artigo 78º-B do CIVA, que estabelece que, "A dedução do imposto associado a créditos considerados de cobrança duvidosa, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, é efetuada mediante pedido de autorização prévia a apresentar, por via eletrónica, no prazo de seis meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados de cobrança duvidosa, nos termos do referido número".

Finalmente, e apesar de referir que "As faturas emitidas pela Requerente encontram-se dentro do prazo legal para efetuar um Pedido de Autorização Prévia", deve ter em conta o prazo referido no nº 1 do artigo 78º-B do CIVA, conjugado com o prazo da mora do crédito a que se refere a alínea a) do nº 2 do artigo 78º-A do CIVA, para os devidos efeitos.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14029.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13589/2018, sobre Autoliquidação do IVA – Opção no caso da importação de bens – Regras próprias para o exercício da opção prevista. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 8 do art. 27.º

Conclusão: Assim, os sujeitos passivos cujo enquadramento vigente resulte da prática de operações sujeitas a imposto e dele não isentas ou isentas que conferem o direito à dedução, em simultâneo com operações isentas que não conferem o direito à dedução, não reúnem as condições necessárias para o exercício da opção prevista no n.º 8 do artigo 27.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13589.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13801/2018, sobre Localização de operações – AICB's, op. "triangulares" e exportações. Sujeito passivo com comércio a retalho, por correspondência ou via internet, cujos bens são adquiridos num específico EM e depois vendidos para vários espaços territoriais a partir daquele EM. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; RITI; DL 186/2009 Artigo: art.º 3.º e n.º 1 do art.º 6.º do CIVA - art.s 1.º al a), 3.º, 8.º; 11.º e 12.º do RITI

Conclusão:

Cenário 1 - Clientes estabelecidos em Portugal

A venda dos bens aos clientes nacionais, que ocorre em simultâneo com a aquisição intracomunitária efetuada pela Requerente, constitui uma transmissão de bens, na aceção do artigo 3.º do CIVA, que é localizada em território nacional, por aplicação da regra de localização prevista no n.º 1 do artigo 6.º do CIVA. Assim, deve a Requerente liquidar o imposto que seja devido, de acordo com a taxa que aplicável aos bens, nos termos do artigo 18.º do CIVA.

Cenário 2 - Clientes particulares estabelecidos em Países Comunitários

Na situação em apreço não são aplicáveis às regras relativas às vendas à distância, dado que, não se encontrando os bens em território nacional no momento em que são expedidos ou transportados com destino aos adquirentes particulares, a transmissão não é aqui tributável. Significa que, efetuando transmissões de bens com destino a particulares a partir de outro Estado membro, a Requerente terá de aí se registar em IVA ou nomear representante fiscal.

Quanto à transação anterior, uma vez que os bens vendidos pelo fornecedor italiano não dão entrada em território nacional, a Requerente efetua uma aquisição que não é aqui tributável. Efetivamente, a transmissão efetuada pelo fornecedor italiano será sujeita a IVA naquele Estado membro, cabendo-lhe liquidar o imposto que seja devido. Se reunidas as condições legais para o efeito, a Requerente pode requerer o reembolso do imposto pago naquele Estado membro, de acordo com as regras previstas no capítulo II do Regime de Reembolso do IVA a Sujeitos Passivos Não Estabelecidos no Estado membro de Reembolso, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto.

Cenário 3 - Clientes sujeitos passivos estabelecidos em Países Comunitários

A situação descrita constitui uma operação "triangular" em sentido próprio, ou seja, uma transmissão sucessiva de bens que envolve três sujeitos passivos, estabelecidos em Estados membros diferentes, em que o transporte dos bens não acompanha o circuito documental de faturação.

A Requerente deve: (i) indicar na fatura emitida ao seu cliente comunitário que este é o devedor do imposto no Estado membro onde se encontra e (ii) inscrever a venda dos bens na declaração recapitulativa (com o código 4), referida no artigo 30.º do RITI (cf. n.º 3 do artigo 8.º do RITI).

A venda efetuada ao cliente final estabelecido noutro Estado membro é relevada no campo 8 do quadro 06, como operação não localizada em território nacional.

Cenário 4 - Clientes estabelecidos em Países Terceiros

Sendo os bens adquiridos noutro Estado membro e de lá exportados, a Requerente efetua uma aquisição de bens ao fornecedor italiano que não é aqui localizada, nos termos já referidos, tratando-se de uma operação tributada naquele Estado membro.

Assumindo que o documento aduaneiro de exportação é emitido em nome do sujeito passivo nacional, a transmissão dos bens expedidos para país terceiro a partir daquele Estado membro não é tributável em território nacional, por se considerar fora do campo de incidência do imposto, por interpretação a contrário do n.º 1 do artigo 6.º do CIVA, devendo a fatura do fornecedor refletir este enquadramento. A operação deve, contudo, ser relevada no campo 8 do quadro 06 da declaração periódica.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13801.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13834/2018, sobre Localização de operações – Prestações de serviços - Cedência de um local de exposição em estabelecimento comercial (para colocação de produtos que lá serão vendidos), a um sujeito passivo de outro EM. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 1 do art. 4.º; a) do n.º 6 do art. 6.º

Conclusão: Pelo exposto, a prestação de serviços do caso em apreço - cedência de um local de exposição / destaque numa loja, para colocação de produtos, para que estes sejam vendidos, não se considera relacionada com um imóvel, nos termos do artigo 47.º da Diretiva 2006/112/CE, sendo-lhe aplicável a regra geral de localização das prestações de serviços, prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º do CIVA, a contrário.

A requerente, quando procede à cedência de um local de exposição / destaque na sua loja (para colocação de produtos que lá serão vendidos), a um sujeito passivo espanhol, encontra-se a realizar uma prestação de serviços, em conformidade com o n.º 1 do artigo 4.º do CIVA, operação que, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º do CIVA (a contrario), é

localizada e tributada na sede do adquirente, neste caso em território espanhol.

A requerente está obrigada à emissão de fatura pela prestação de serviços de cedência de espaço em loja, não devendo liquidar IVA na mesma, e devendo fazer constar a expressão "IVA - autoliquidação", e bem assim o motivo da não liquidação de imposto. O valor desta prestação de serviços deverá ser inscrito no campo 7 da respetiva declaração periódica de IVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13834.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13835/2018, sobre Taxas - Empreitada global de reabilitação de um edifício numa área de reabilitação urbana - taxa reduzida de 6%, verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al a) do n.º 1 do art. 18.º

Conclusão: Na situação em apreço, caso esteja na posse de documento que comprove que o imóvel em questão está localizado numa área de reabilitação urbana, legalmente titulada e delimitada nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2009, seja porque o aviso referido comprova tal facto ou porque é detentor de um documento emitido pelo respetivo Município comprovativo dessa localização, verifica-se a existência de uma das condições constantes da verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA, isto é, que o imóvel se encontra situado numa área de reabilitação urbana delimitada nos termos legais. Assim, estando em causa uma empreitada global de reabilitação de um edifício numa área de reabilitação urbana, efetuada no âmbito do citado Decreto-Lei n.º 307/2009 a mesma enquadra-se na verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA, sendo tributada à taxa reduzida de 6%, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA, aplicável ao valor total da empreitada (mão de obra e os materiais aplicados na mesma).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13835.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13854/2018, sobre Ofertas – Enquadramento - Oferta a colaboradores de pacotes constituídos por bens de características diferentes. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: art. 1.º n.º 1 al. a) e art. 3.º n.º 3 al. f); Portaria n.º 497/2008, de 24/06

Conclusão: Nas situações em que o valor da oferta ultrapassa o valor estabelecido no n.º 7 do artigo 3.º do CIVA (€50,00), há lugar à liquidação do IVA, salvo se, relativamente a esses bens, não tiver exercido o direito à dedução do imposto suportado a montante.

Nestes casos, em que há lugar a liquidação de IVA nas operações a título gratuito, a repercussão do imposto não é obrigatória, de acordo com o n.º 3 do artigo 37.º do CIVA. Assim, os sujeitos passivos que realizem estas operações podem suportar o montante do

imposto devido, procedendo à sua entrega nos cofres do Estado, sem obrigatoriedade de efetuar o respetivo débito aos beneficiários (adquirentes) dos bens. Finalmente, esclarecemos que, nos termos do artigo 36.º n.º 7 do Código do IVA, para titular estas operações deve ser emitindo um documento interno (não é obrigatória a emissão de fatura) mencionando apenas a data, natureza da operação, valor tributável, taxa de imposto aplicável e montante do mesmo.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13854.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13858/2018, sobre Embalagens – Devoluções – Regularizações – Embalagens retornáveis que não integram o valor tributável da operação sobre o qual incide o imposto. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 7 do art. 29.º; n.º 3 e 6 do art. 36.º; al. b) do n.º 5 do art. 36.º (cf. al. d) do n.º 6 do art. 16.º); n.º 5 do art. 78.º.

Conclusão: Face às questões colocadas pelo Requerente informa-se que:

- Na situação descrita pelo Requerente, se a devolução dos bens implica a redução do valor tributável ou do imposto, a nota de devolução deve conter os elementos referidos no n.º 6 do artigo 36.º do IVA, fazendo referência à fatura que é alterada.
- Quanto ao preenchimento do campo "Data de Emissão" do subquadro1-A do anexo de regularizações do campo 40, deve ser indicada a data de emissão daquele documento retificativo, conforme instruções de preenchimento do referido anexo, na redação dada pela Portaria n.º 166/2018, de 08 de junho.
- Relativamente ao disposto no n.º 5 do artigo 78.º do CIVA, que determina que a regularização a favor do sujeito passivo só é admitida se este tiver na sua posse prova de que o adquirente tomou conhecimento da retificação ou de que foi reembolsado do imposto, admite-se que esta pode consistir na comunicação por mensagem de correio eletrónico enviada pelo adquirente dos bens devolvidos, e na posse do fornecedor, confirmando expressamente que aquele tomou conhecimento da retificação ou de que foi reembolsado do imposto.
- Adicionalmente esclarece-se que a alínea d) do n.º 6 do artigo 16.º do CIVA exclui do valor tributável das operações as quantias respeitantes a embalagens, desde que as mesmas não tenham sido efetivamente transacionadas e da fatura constem os elementos referidos na parte final da alínea b) do n.º 5 do artigo 36.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13858.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13887/2018, sobre Taxas - Obras de reabilitação urbana – Obras de conservação e reparação - Empreitadas – prestações de serviços realizadas em Imóvel situado em Área de Reabilitação Urbana. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: 18º; Verbas 2.23 e 2.27 da Lista I anexa ao CIVA.

Conclusão: Tendo agora em atenção o caso em apreço, verifica-se na caderneta predial

urbana, do prédio com o artigo matricial com o n.º, da freguesia da, do concelho de, que na descrição da mesma consta, "Afetação: Serviços".

Deste modo, considerando o mencionado nos pontos 6 a 10 desta informação, estando em causa um imóvel, que não se encontra afeto à habitação, as obras de conservação e reparação não se encontram abrangidas pela verba 2.27, da Lista I, anexa ao CIVA, uma vez que, a mesma, não contempla empreitadas realizadas em imóveis utilizados para o exercício de uma atividade profissional, nomeadamente de prestação de serviços. No entanto, conforme o referido nos pontos 11 a 20 desta informação, e considerando que a Requerente mencionou, na petição apresentada para efeitos do presente pedido de informação vinculativa, que o imóvel encontra-se localizado em área de reabilitação urbana, há então, que verificar se tem aplicação a verba 2.23, da Lista I, anexa ao CIVA, ou porque se insere numa zona de reabilitação urbana (e reunidos os requisitos do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23/10) ou porque o imóvel foi construído há mais de 30 anos, nos termos estabelecidos no artigo 77.º-A, do referido Decreto-lei.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13887.pdf

Ficha doutrinária: Processo: n.º 13890/2018, sobre Autoliquidação – Opção no caso das Importações de bens – Possibilidade do exercício do direito à dedução quanto ao IVA autoliquidado. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.ºs 7 e 8 do art.º 27.º; art.º 21.º; Portaria N.º 215/2017, 20/07.

Conclusão: A Requerente poderá beneficiar do Regime de Autoliquidação do IVA nas Importações de Bens, contanto preencha os pressupostos legais, previstos no n.º 8 do art.º 27.º do CIVA, e proceda à opção por este regime, nos termos do n.º 1 do art.º 2.º da Portaria N.º 215/2017, de 20 de julho. A dedução do imposto depende, entre outros, da posse de uma declaração aduaneira de importação, da qual conste a Requerente, como destinatário dos bens (importador). O exercício do direito à dedução deve, contudo, atender às exclusões consignadas no art.º 21.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13890.pdf

Ficha doutrinária: Processo: n.º 13935/2018, sobre taxas - "estabelecimento de tipo hoteleiro" - Atividade relacionada com residência de estudantes, serviços não superiores a período letivo - Exploração turística, nas férias letivas, em alojamento local. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al a) do n.º 1 do art. 18.º, verba 2.17 da Lista I anexa ao CIVA; al c) do n.º 1 do art. 18.º.

Conclusão: Face a estes conceitos deve entender-se que os serviços de alojamento, referidos na verba 2.17 da Lista I, anexa ao CIVA, incluem, além do alojamento propriamente dito, as prestações de serviços acessórias típicas a esse alojamento, nomeadamente limpeza de

quartos, disponibilização de ligação à internet, ainda que paga, e prestações de serviços de apoio.

Cabe concluir que as prestações fornecidas aos estudantes com carácter de complementaridade em relação aos serviços de alojamento, não sendo intrínsecas à atividade hoteleira, não beneficiam de enquadramento na citada verba 2.17 da Lista I, anexa ao CIVA. É o que sucede, nomeadamente, com serviços de lavandaria adicionais disponibilizados a pedido do cliente, que consubstanciam prestações de serviços complementares à atividade de hotelaria, mas não indissociáveis da mesma, sendo, por conseguinte, tributáveis à taxa normal (23%), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA.

Se os serviços complementares são facultados juntamente com o alojamento, como se de uma prestação única se tratasse, tendo como contrapartida um valor único global, deve indicar separadamente os elementos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º 5 do artigo 36.º do CIVA, conforme determina a alínea f) do mesmo número.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13935.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13938/2018, sobre Localização de operações - Formação disponibilizada aos colaboradores da entidade que a paga, prestada por um 3º domiciliado fora da UE. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al a), do n.º 6, do art. 6.º; al e), do n.º 1, do art. 2.º.

Conclusão: a formação dada aos colaboradores, paga pelo Requerente ou por uma sociedade a constituir, na sequência das considerações antecedentes, esclarece-se que, os serviços de formação, mesmo que sejam efetuados por via eletrónica (ensino à distância), são subsumíveis na regra geral de localização prevista na alínea a), do n.º 6, do artigo 6.º do CIVA.

Dado que a operação se considera localizada em Portugal e que o prestador de serviços não se encontra sediado, estabelecido ou domiciliado em território nacional, compete ao Requerente ou à sociedade a constituir, na qualidade de adquirente, por força da alínea e), do n.º 1, do artigo 2.º do CIVA, proceder à liquidação do imposto.

Caso as prestações de serviços digam respeito à disponibilização do acesso e a serviços acessórios do acesso à formação e estes ocorram em território português, as mesmas são aqui tributadas, por aplicação do disposto na alínea e), do n.º 8, do artigo 6.º do CIVA. Pelo contrário, se as mesmas prestações de serviços forem localizadas fora do território nacional, por aplicação do disposto na alínea e), do n.º 7, do artigo 6.º do CIVA, não são tributadas em Portugal.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13938.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13979/2018, sobre Localização de operações - Prestações de serviços, conexas com bens imóveis situados em tn, efetuadas a um particular não residente

fiscal em Portugal nem em qualquer estado membro da UE. Disponibilizado em 2 de agosto
Diploma: CIVA; Artigo: al. a) do nº 8 do art. 6.º; al. c) do nº 1 do art. 18.º.

Conclusão: Os referidos serviços correspondem a: "1. Emissão de recibos eletrónicos de renda; 2. Consultoria ao arrendamento; 3. Análises de rendibilidade sobre os imóveis arrendados; 4. Serviços administrativos relacionados com os imóveis".

O Regulamento de Execução (UE) nº 1042/2013, que aditou o artigo 31.ºA, nº 2 alíneas o) e q), ao Regulamento de Execução (UE) nº 282/2011 (aplicável desde 1 de janeiro de 2017), estabeleceu que a gestão de bens imóveis que consista na exploração de bens imobiliários em nome do proprietário, bem como os serviços jurídicos relacionados com o estabelecimento ou transferência de determinados direitos ou direitos reais sobre bens imóveis são abrangidos pelo conceito de serviços ligados a bens imóveis. Assim, as referidas prestações de serviços efetuadas pela Requerente encontram-se localizadas no território nacional e, por esse motivo, são enquadradas na alínea a) do nº 8 do artigo 6.º do CIVA.

Com efeito, dispõe a alínea a) do nº 8 do art. 6.º do CIVA que "Não obstante o disposto no nº 6, são tributáveis as seguintes operações [...] Prestações de serviços relacionadas com um imóvel sito no território nacional, incluindo os serviços prestados por arquitetos, por empresas de fiscalização de obras, por peritos e agentes imobiliários, e os que tenham por objeto preparar ou coordenar a execução de trabalhos imobiliários, assim como a concessão de direitos de utilização de bens imóveis e a prestação de serviços de alojamento efetuadas no âmbito da atividade hoteleira ou de outras com funções análogas, tais como parques de campismo".

Encontrando-se a operação localizada no território nacional, a Requerente terá que proceder à liquidação do imposto, à taxa definida na alínea c) do nº 1 do artigo 18.º do CIVA e cumprir todas as obrigações decorrentes do mesmo diploma legal.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13979.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14011/2018, sobre Inversão do sujeito passivo – Serviços de construção civil - Construção, instalação, realização de testes e colocação em funcionamento, de uma central solar fotovoltaica, localizada em território nacional. Disponibilizado em 2 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al j) do n.º 1 do art. 2.º.

Conclusão: Aplica-se a inversão do sujeito passivo, prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, a toda a faturação emitida pela sociedade S,SA à requerente, que seja consequente da construção e entrega em estado de funcionamento de uma subestação elétrica de alta voltagem, nos termos do respetivo contrato de subempreitada, o qual contempla um preço total de € (que inclui € para o equipamento elétrico e € para a mão-de-obra e instalação).

A S,SA deve emitir as respetivas faturas sem liquidação de IVA, com a menção 'IVA -

autoliquidação'. Por sua vez, a requerente, deve assinalar com X em "SIM" no Subquadro inicial do Quadro 06 da declaração periódica correspondente, inscrevendo nos campos 3 e 4 os montantes referentes à base tributável e imposto autoliquidado. Deve, ainda, inscrever o valor correspondente à base tributável no campo 102 do Quadro 06-A da mesma declaração.

Na eventualidade de a S,SA emitir faturas com IVA liquidado, as quais devem, por aplicação da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, ser emitidas sem liquidação de IVA [cabendo à requerente proceder à respetiva liquidação (e dedução)], fica a requerente impossibilitada de exercer o direito à dedução do IVA contido nestas faturas (cf. n.º 8 do artigo 19.º do CIVA).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14011.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13593/2018, sobre Assunto: Enquadramento - Atividade de Meditação Com volume de negócios superior ou inferior a € 10.000 – Art. 53º ou atividade sujeita e não isenta – Operação não enquadrável no art. 9º. Disponibilizado em 13 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: arts. 53º e 9º.

Conclusão: Informa-se o seguinte:

Caso a Requerente exerça a atividade de psicologia no âmbito da psicologia clínica - consultas na vertente clínica - e se encontre devidamente habilitada para o seu exercício nos termos da legislação aplicável, a mesma enquadra-se na isenção prevista na alínea 1) do artigo 9.º do CIVA.

Já as prestações de serviços de psicologia relacionadas com um "curso psicoeducativo" ou com o a "Meditação", atendendo a que não são exercidas na vertente clínica, não se inserindo, consequentemente, no conceito de cuidados de saúde previsto, nomeadamente, nos Acórdãos do TJUE, nomeadamente no Acórdão de 14 de setembro de 2000, proferido no Processo C-384/98 e no Acórdão de 21 de março de 2013, proferido no Processo C-91/12, não merecem acolhimento na isenção da alínea 1) do artigo 9.º do CIVA. Constituindo atividades sujeitas a imposto e dele não isentas, são sujeitas a tributação à taxa normal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA (taxa de 23% em vigor no território do continente), sem prejuízo de poderem beneficiar do regime especial de isenção a que alude o artigo 53.º do CIVA, verificadas que sejam as condições ali determinadas. Exercendo, simultaneamente, operações que não conferem direito à dedução (isentas artigo 9.º do CIVA) e operações que conferem aquele direito, a Requerente constitui-se, para efeitos de IVA, como um sujeito passivo misto.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13593.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13701/2018, sobre Operações não tributadas em território nacional – Venda de bens a um s.p. nacional, adquiridos em país 3º e ali entregues pelo

fabricante/fornecedor dos mesmos, a um outro local, de modo serem incorporados em subsequente fabricação de outros bens diferentes. Disponibilizado em 13 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 1 do art. 6.º, al. e) do n.º 5 do art. 36.º.

Conclusão: A transmissão de bens (etiquetas para vestuário), efetuada pela Exponente a um cliente, sujeito passivo nacional, mas em que os bens não chegam a sair ou a entrar em Portugal (são adquiridas em país 3º a um fornecedor, sujeito passivo local, e diretamente colocados à disposição de outro sujeito passivo local, subcontratado pelo referido cliente para realizar a confeção do vestuário), não se considerada localizada em território nacional, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do CIVA (ad contrario).

Trata-se de uma transmissão interna efetuada noutro país 3º, pelo que, em caso de dúvida, deverá contactar as Autoridades Fiscais locais no sentido de se informar quanto às obrigações fiscais e declarativas que aí sejam devidas, designadamente, em termos de registo, liquidação e entrega do IVA.

No entanto, na transmissão de bens efetuada ao sujeito passivo adquirente nacional (a empresa A), deve emitir a fatura correspondente (a incluir na comunicação da faturação à AT), nela mencionando o motivo justificativo da não liquidação do imposto, em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 36.º do CIVA.

O imposto suportado em Portugal (não em país 3º), contido em despesas relacionadas com a referida transação, e que não se encontre excluído nos termos do artigo 21.º do CIVA, confere o direito à dedução, em conformidade com o disposto na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13701.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13723/2018, sobre Taxas – Operação sujeita a IVA e não isenta - IPSS, isenta nos termos do art. 9.º do CIVA, vai fornecer, à Associação Humanitária de Bombeiros, refeições destinadas aos bombeiros que se encontrem diariamente no serviço.

Disponibilizado em 13 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al b) do n.º 1 do art. 18.º.

Conclusão: Pelo exposto, o fornecimento de refeições à Associação Humanitária dos Bombeiros de ou a outras entidades, efetuado pela Requerente, cujo objetivo não tenha por base o desenvolvimento de ações de solidariedade social, como seja, no âmbito das cantinas sociais, não merece acolhimento na isenção prevista nas alíneas 6) ou 7) do artigo 9.º do CIVA, configurando o exercício de uma atividade sujeita a imposto e dele não isenta. Refira-se, contudo, que de harmonia com o disposto na verba 3.1 da Lista II, anexa ao CIVA, são passíveis de aplicação da taxa intermédia prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Código, as "Prestações de serviços de alimentação e bebidas, com exclusão das bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas de gás

carbónico ou outras substâncias. Quando o serviço incorpore elementos sujeitos a taxas distintas para o qual é fixado um preço único, o valor tributável deve ser repartido pelas várias taxas, tendo por base a relação proporcional entre o preço de cada elemento da operação e o preço total que seria aplicado de acordo com a tabela de preços ou proporcionalmente ao valor normal dos serviços que compõem a operação. Não sendo efetuada aquela repartição, é aplicável a taxa mais elevada à totalidade do serviço".

Sobre a aplicação da verba 3.1 da Lista II anexa ao CIVA foram emitidas instruções administrativas, veiculadas através do Ofício-Circulado n.º 30181, de 2016.06.06, da Área de Gestão Tributária-IVA, que se encontra disponível no Portal das Finanças. Deste modo e caso a Requerente venha a praticar este tipo de operações deve, mediante a entrega de uma declaração de alterações (artigos 32.º e 35.º do CIVA), proceder à alteração de enquadramento de sujeito passivo isento (operações que não conferem direito à dedução) para sujeito passivo misto (operações que não conferem direito à dedução e operações que conferem esse direito). Na declaração de alterações deve indicar, atento o disposto no artigo 23.º do CIVA, qual o método a utilizar para efeitos do exercício do direito à dedução (o método da percentagem de dedução denominado prorata ou o método da afetação real).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13723.pdf

Ficha doutrinária: Processo: n.º 13845/2018, sobre Tax-free - São isentas do IVA as transmissões de bens, feitas a adquirentes, para fins privados, cujo domicílio ou residência habitual não se situe na UE e que, até ao fim do 3º mês seguinte, os transportem na sua bagagem pessoal para fora da União. Disponibilizado em 13 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al b) do n.º 1 do art 14.º; DL n.º 19/2017, de 14/02; Portaria n.º 187/2017, de 1/06.

Conclusão: A transmissão é titulada por fatura emitida nos termos do n.º 5 do artigo 36.º do CIVA, a qual deve conter a identidade e o domicílio ou residência habitual do viajante. Deve, também, mencionar o motivo justificativo da isenção: «alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do CIVA». A fatura é emitida em duplicado, destinando-se a cópia ao arquivo do vendedor e o original ao viajante, que deverá tê-la na sua posse, juntamente com os bens a que a mesma respeita, com o documento de identificação, o comprovativo eletrónico de registo e o cartão de embarque ou título de transporte que ateste a sua saída, aquando da saída do território da União, para efeitos de comunicação da exportação e validação da isenção.

Caso não seja certificada a exportação, o sujeito passivo vendedor procede à liquidação do imposto que se mostre devido. Efetivamente, se, passados 150 dias após a transmissão, o sujeito passivo não tiver na sua posse a comprovação, pelos serviços de uma estância aduaneira de saída do território da União Europeia, de que os bens saíram efetivamente do território ou, quando, na sequência da apresentação, pelo viajante, do código de registo acompanhado das faturas e dos bens, aos serviços aduaneiros, a AT comunique ao sujeito

passivo que não estão reunidas as condições de verificação da isenção, este deve proceder à liquidação do imposto até ao fim do período declarativo seguinte à ocorrência do facto. Nestas situações, o valor do imposto liquidado é relevado na declaração periódica do período de referência, no campo 41 do quadro 06

O valor das transmissões de bens isentas nos termos do Decreto-lei n.º 19/2017 é relevado na declaração periódica do período de tributação correspondente, no campo 8 do quadro 06.

Por fim, cumpre informar que a eventual liquidação indevida de IVA se afigura como uma exceção e não pode, de modo algum, constituir a regra de atuação do sujeito passivo. Realça-se que, a haver liquidação do imposto na operação, a sua regularização deve ser efetuada com observância do disposto no n.º 5 do artigo 78.º do CIVA, pelo montante restituído ao adquirente.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13845.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13915/2018, sobre Operações sujeitas e não isentas - Serviço completo de "backoffice" administrativo, de modo a que os sócios da entidade prestadora dos serviços, desenvolvam atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal.

Disponibilizado em 13 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al c) do n.º 1 do art. 18.º

Conclusão: Diga-se, no entanto que, nas situações em que estamos perante serviços compostos (como é o caso dos serviços administrativos e de informática, normalmente denominados por serviços de "backoffice") não é permitida a decomposição artificial dos mesmos pelas suas diversas componentes ou elementos (salários, renda, eletricidade, água, etc.), para efeitos de aplicação da doutrina prevista nos citados ofícios-circulados. Assim, no caso em análise, não é de aplicar a doutrina do ofício-circulado n.º 30019, uma vez que o serviço em causa configura uma prestação de serviços de "backoffice", que inclui diversos elementos, não destacáveis para aquele efeito, não se estando aqui, como atrás se concluiu, perante uma mera cedência de pessoal.

A prestação de serviços referente a despesas com pessoal, água, eletricidade e rendas, assume a natureza de um serviço completo de "backoffice" administrativo, que visa conceder aos sócios da requerente a possibilidade de desenvolverem atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, e enquadra-se como prestação de serviços nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do CIVA, sendo tributada à taxa normal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13915.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13955/2018, sobre taxas - "Pequenos-almoços" - "Granola crua de Chocolate, Amêndoa e Proteína"; "Granola crua Mirtilo, Chia e Proteína Macadâmia,

Framboesa e Proteína"; Cacau, Quinoa e Proteína". Disponibilizado em 13 de agosto
Diploma: CIVA; Artigo: art 18.º, n.º 1, al. c)

Conclusão: Os "pequenos-almoços" comercializados pela requerente com a designação nas fichas técnicas de "Granola crua de Chocolate, Amêndoa e Proteína"; "Granola crua Mirtilo, Chia e Proteína"; "Pequeno-almoço cru de Macadâmia, Framboesa e Proteína"; "Pequeno-almoço cru de Cacau, Quinoa e Proteína" devem ser tributados pela aplicação da taxa normal do imposto, prevista no artigo 18.º, n.º 1, alínea c) do CIVA, por falta de enquadramento na verba 1.12 ou qualquer outra das verbas constantes das listas anexas ao citado Código.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13955.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 8643/2018, sobre Enquadramento - Transmissão da totalidade do património de uma entidade - Operação não sujeita a IVA – Regularizações. Disponibilizado em 13 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 4 do art. 3.º; arts. 24.º e 26.º

Conclusão: Verificando-se as condições previstas no n.º 4 do artigo 3.º (e n.º 5 do artigo 4.º) do CIVA, entende-se que a operação de transmissão da totalidade do património da Ct para o MA será passível de enquadramento neste preceito, não sendo, como tal, uma operação sujeita a IVA. De notar que a aplicação deste regime de delimitação de incidência não obsta à eventual necessidade de efetuar as regularizações estabelecidas nos artigos 24.º e 26.º do Código do IVA.

Tendo em consideração que a transmissão em análise conduzirá à afetação, pelo MA, do património transmitido a setores (i) que conferem integralmente o direito à dedução do IVA e (ii) que não conferem esse direito, entende-se que o MA deverá proceder às regularizações estabelecidas no n.º 5 do artigo 3.º do Código do IVA, atento o disposto no ofício-circulado n.º 134850, de 21 de novembro de 1989, da ex-Direção de Serviços de Conceção e Administração (DSCA) e aos esclarecimentos acima prestados quanto à sua aplicação

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_8643.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13906/2018, sobre taxa - Execução das prestações de serviços de limpeza das bermas de estradas e autoestradas. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: verba 4.2 da Lista I anexa ao CIVA e/ou verba 2.22 da mesma Lista I

Conclusão: Do exposto resulta que, se os serviços de limpeza das bermas das estradas e autoestradas configurarem a poda de árvores, corte de madeira e outras operações silvícolas, beneficiam da taxa reduzida do imposto (6%), por enquadramento na verba 4.2 da Lista I anexa ao CIVA. Caso as prestações de serviços em causa se subsumam à limpeza da via pública, estradas ou autoestradas, o que inclui as respetivas bermas, beneficiam do

enquadramento na verba 2.22 da mesma Lista I, sendo-lhe aplicável a taxa reduzida do imposto.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13906.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13749/2018, sobre Subvenções - IPSS, recetora de subvenções - ... criação de serviço de acompanhamento à população idosa, portadores de deficiência, aos serviços de saúde, instituições bancárias, pequenas reparações e consertos em habitações; Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: 16.º; 29.º, n.º1, al. b)

Conclusão: Para que a subvenção seja tributável em sede de IVA, por aplicação do disposto no artigo 16.º, n.º 5, alínea c) do CIVA, é requisito essencial que a subvenção atribuída pelo Município seja concedida para que a Requerente pratique preços mais baixos, de que sejam beneficiários os adquirentes ou destinatários dos bens ou serviços e, ainda que a contrapartida representada pela subvenção esteja determinada ou seja determinável aquando da realização das operações a que respeita. Caso a subvenção seja paga globalmente para abranger o conjunto dos custos de funcionamento da Requerente, não podendo ser considerada como contraprestação pelos serviços prestados, estará fora do âmbito de incidência do imposto, inexistindo, neste caso, a obrigação de emissão de fatura a que se refere o artigo 29.º, n.º1, alínea b) ou a obrigação de relevação dos valores recebidos na declaração periódica de IVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13749.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13855/2018, sobre Amostras - Remessa, aos clientes, de amostras de bens que comercializa (garrafas, garrões e frascos) - O conceito de amostra, previsto em portaria, impede que assim sejam considerados os produtos descritos como amostras. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: art. 3.º, n.º 7; Portaria n.º 497/2008, de 24/06

Conclusão: Resulta, pois, da delimitação do conceito de amostras previsto na Portaria n.º 497/2008, de 24/06, que apenas podem ser consideradas amostras, os bens que, não se destinando a posterior comercialização:

- i. tenham um formato ou tamanho diferentes do produto que constitua a unidade de venda; ou
- ii. sejam apresentados em quantidade, capacidade, peso ou medida substancialmente inferiores aos que constituem a unidade de venda; e,
- iii. em ambos os casos, se destinem a apresentar ou promover os produtos produzidos ou comercializados pelo sujeito passivo.

Considerando o conceito de amostra previsto na Portaria n.º 497/2008, de 24 de junho, e apesar da impossibilidade invocada pela Requerente de fabricar produtos de dimensão

diferente da unidade de venda, não é possível considerar os produtos descritos como amostras para efeitos do artigo 3.º n.º 7 do Código do IVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13855.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13957/2018, sobre Taxas - Empreitadas de reabilitação urbana executadas em imóveis sítos em áreas de reabilitação urbana legalmente tituladas e delimitadas. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al a) do n.º 1 do art. 18.º

Conclusão: Deste modo, nas empreitadas de reabilitação urbana executadas em imóveis sítos em áreas de reabilitação urbana legalmente tituladas e delimitadas, pode ser aplicada a taxa reduzida de IVA ao abrigo da citada verba, em conjugação com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA, ou seja, a taxa de 6%. Neste sentido, para efeitos de aplicação da verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA, deve o sujeito passivo possuir elementos que comprovem que a obra se encontra em conformidade com as disposições do DL. n.º 307/2009, de 23/10.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13957.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13973/2018, sobre Transferência de uma universalidade de bens ou parte dela. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.º 4 do art. 3.º e n.º 5 do art. 4.º

Conclusão: Neste contexto e tendo presente a letra da lei, considera-se que uma operação é enquadrável no âmbito da citada norma de delimitação negativa da incidência do imposto, se se verificarem, cumulativamente, os seguintes pressupostos:

- (i) Existência de uma cessão a título definitivo;
- (ii) O objeto da transmissão consistir num conjunto de ativos suscetíveis de permitir o prosseguimento de uma atividade económica independente; e
- (iii) O adquirente ser ou vir a ser sujeito passivo de imposto de entre os referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA, que tenha a intenção de explorar o estabelecimento ou parte de património e não simplesmente liquidar a atividade ou vender os stocks, conforme resulta da parte final do ponto 1) da Parte Decisória do citado acórdão Zita Modes.

No caso em análise e de acordo com a informação prestada "o conjunto de ativos" a transmitir é suscetível de constituir um ramo de atividade independente e autónoma, a Requerente tem por objetivo prosseguir a atividade que está a adquirir e é um sujeito passivo de imposto, nos termos do artigo 2.º n.º 1 alínea a) do CIVA, pelo que, confirmando-se estes pressupostos, a operação conforme foi descrita é enquadrável no regime de exclusão preconizado no n.º 4 do artigo 3.º e do n.º 5 do artigo 4.º, ambos do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa

[a/Documents/INFORMACAO_13973.pdf](#)

Ficha doutrinária: Processo: nº 13989/2018, sobre Direito à dedução - Gasóleo gasto pela viatura de serviço. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: 19º; 21º.

Conclusão: O imposto contido nas aquisições de gasóleo é dedutível apenas na proporção de 50%. Caso se trate de veículo licenciado para transporte público o imposto contido nas aquisições de gasóleo é dedutível na sua totalidade.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13989.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14027/2018, sobre Inversão do sujeito passivo – Serviços de construção civil - Produção/montagem de estruturas metálicas, ligadas materialmente ao imóvel, que só podem ser daí retiradas para colocação noutro local mediante a realização de novo serviço de construção civil. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al. j), do n.º 1, do art.º 2.º; n.º 13 do art.º 36.º.

Conclusão: Após instalação, as estruturas metálicas ficam, inequivocamente, ligadas materialmente ao imóvel, só podendo ser daí retiradas para colocação noutro local, mediante a realização de novo serviço de construção civil. Ou seja, a sua movimentação está sempre condicionada à instalação atrás referida. Pelo que não restam dúvidas de que se aplica a regra da inversão ao valor total da operação (produção/montagem das estruturas metálicas e instalação, que inclui a construção das "sapatas"). No caso em apreço, deve ser aplicada a regra da inversão a que se refere a alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA a toda a operação, devendo a requerente, para além dos prazos e formalismos do art.º 36.º do CIVA, dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 29.º do CIVA, emitindo a(s) consequente(s) fatura(s) com a expressão "IVA - autoliquidação", conforme previsto no n.º 13 do art.º 36.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14027.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14148/2018, sobre Fatura - Lavandaria self-service – Prestações de serviços, de carácter massificado, destinadas a particulares. Obrigação de faturação, de possível cumprimento, através de meios alternativos à fatura. Disponibilizado em 20 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: n.ºs 5 e 6 do art. 40.º.

Conclusão: Face ao exposto, o cumprimento da obrigação de faturação através do registo das operações a que se refere o n.º 5 do artigo 40.º do CIVA pode, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, ser declarado aplicável a outros sujeitos passivos, para além dos ali expressamente

referidos, quando forneçam aos consumidores finais serviços caracterizados pela sua uniformidade, frequência e valor limitado. Deste modo, atendendo à natureza dos serviços efetuados - Lavandaria self-service - a Requerente pode solicitar, mediante a apresentação de um requerimento dirigido ao Ministro das Finanças, que lhe seja declarada aplicável a faculdade prevista no n.º 5 do artigo 40.º do CIVA, atendendo a que o instituto da informação vinculativa não é o meio adequado para o efeito. Por último, importa referir que caso tal pretensão não seja atendida, ou na circunstância das máquinas não disporem da possibilidade do registo das operações, a Requerente é obrigada à emissão de fatura por cada prestação de serviços que efetuar, conforme dispõe a alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14148.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13905/2018, sobre Taxas - Prestações de serviços com vista à destruição da vespa velutina são operações de produção agrícola, visando a erradicação de tais insetos. Serviços de assessoria técnica. Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: categoria 4.2 da Lista I anexa ao CIVA. al c), do n.º 1, do art. 18.º.

Conclusão: As prestações de serviços de prevenção com colocação de armadilhas desenvolvidas pela associação, bem como o tratamento dos ninhos (ação de combate/exterminio dos ninhos), efetuadas pela requerente com vista à destruição da vespa velutina são operações que normalmente contribuem para a produção agrícola, independentemente do local onde são realizadas, na medida em que visam a erradicação daqueles insetos voadores, prejudiciais não só para as atividades agrícola em geral como para a saúde pública. Assim, atendendo ao Despacho n.º 170/2018-XXI, de 15 de maio, do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, referido no ponto 11 da presente informação vinculativa, afigura-se que tais operações constituem prestações de serviços que aproveitam da aplicação da taxa reduzida do imposto por enquadramento na categoria 4.2 da Lista I anexa ao CIVA.

Relativamente, à disponibilização de uma aplicação para smartphone para utilização de voluntários e associados com vista a indicarem a localização de ninhos, etc., que a requerente apelida de "serviço de assessoria" constitui uma prestação de serviços sujeita a imposto à taxa normal por falta de enquadramento nas diferentes verbas das listas anexas ao CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13905.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13917/2018, sobre Taxas - Dispositivos médicos - "testes genéticos de prognóstico oncológico". Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al a) da verba 2.5 da lista I, de acordo com o art. 18.º, n.º 1, al. a.

Conclusão: Assim, em face do anteriormente exposto, na transmissão dos "testes genéticos de prognóstico oncológico", salvaguardando que disponham do certificado internacional de

autorização de introdução no mercado (CE) e se encontrem classificados pelo INFARMED como dispositivos médicos, deve ser aplicada, por enquadramento na alínea a) da verba 2.5 da lista I, a taxa reduzida de imposto, 6%, de acordo com o previsto no artigo 18.º, n.º 1, alínea a, do

Código do IVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13917.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 13924/2018, sobre Prestações de Serviços – Sujeitas e não isentas - Consultas externas, com uma contraprestação por serviços prestados, realizadas pela Universidade através do Hospital Veterinário. Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al. c), do n.º 1, do art. 18.º.

Conclusão: A obtenção da acreditação do curso de Medicina Veterinária ministrado pela U através do IC, determina a obrigatoriedade do cumprimento de uma componente prática do curso, conseguida através da realização de consultas externas à comunidade efetuadas pelos alunos e supervisionadas por médicos veterinários e enfermeiros veterinários externos (contratados), através do Hospital Veterinário da própria Universidade, a título oneroso. Não obstante as prestações de serviços de medicina veterinária efetuadas pelos alunos constituírem prestações de serviços conexas com o ensino pela U aos alunos, quando as mesmas são efetuadas na forma de consultas externas obtendo uma contraprestação por esses serviços prestados, a U pratica, através do Hospital Veterinário, operações sujeitas a imposto e dele não isentas, à taxa prevista na al. c) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA (23%), a liquidar na fatura emitida nos termos dos artigos 29.º e 36.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_13924.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14000/2018, sobre Inversão do sujeito passivo – Não aplicação da regra - Serviços de construção civil - Furo artesiano de captação da água – Os serviços foram adquiridos no âmbito duma atividade enquadrada nos poderes de autoridade do Município, o qual informou o prestador da condição. Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al. j) do n.º 1 do art. 2º.

Conclusão: Na situação em análise, a requerente foi informada pelo Município que os serviços em questão foram adquiridos no âmbito dos seus poderes de autoridade, portanto afetos a operações não sujeitas a imposto. Assim, aos referidos serviços não se aplica a regra de inversão, devendo a requerente liquidar o respetivo IVA. No que concerne à taxa a aplicar será a prevista na al.ª c) do n.º 1 do art.º 18.º do CIVA (taxa normal).

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14000.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14003/2018, sobre Taxas – Venda de pinhal, protagonizada por uma autarquia local fora do âmbito dos seus poderes de autoridade, configura uma operação sujeita e não isenta. Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo verba 5.4 da Lista I anexa ao CIVA, taxa reduzida - 6% cf. art. 18.º, n.º

1, alínea a).

Conclusão: A transmissão/venda de madeira/pinheiros é enquadrável na verba 5.4 da Lista I anexa ao CIVA, pelo que é sujeita à aplicação de imposto à taxa reduzida - 6% de acordo com o previsto no artigo 18.º, n.º 1, alínea a) do CIVA. Porém, uma vez que a Requerente é um sujeito passivo misto e que relativamente à atividade tributada, encontra-se no regime especial de isenção previsto no artigo 53.º do CIVA, não deve liquidar imposto apostando o motivo da isenção. Se durante o ano de 2018 o volume de negócios, determinado de acordo com o artigo 42.º do CIVA, ultrapassar o limite de isenção, de €10.000,00, previsto no n.º 1 do artigo 53.º, deve, durante o mês de janeiro de 2019, proceder à entrega de uma declaração de alterações nos termos do artigo 32.º e começar a liquidar IVA a partir de fevereiro de 2019. A Requerente deve ainda fazer refletir na sua situação cadastral a atividade de silvicultura, mediante a apresentação de uma declaração de alterações prevista no artigo 32.º do CIVA.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14003.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14095/2018, sobre TICB's – Isenções - Comprovação da saída física dos bens do território nacional - Verificação dos pressupostos da isenção do imposto.

Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; RITI Artigo: al a) do art.º 14.º do RITI.

Conclusão: Por consulta ao sistema VIES verifica-se que o adquirente possui, desde 2014.11.24, um número de identificação válido para a realização de operações intracomunitárias. Face ao exposto, as transmissões intracomunitárias de bens podem merecer acolhimento na isenção prevista na alínea a) do artigo 14.º do RITI, desde que, a par dos restantes condicionalismos referenciados na citada norma legal, seja comprovada a saída física dos bens do território nacional. Esta comprovação pode efetivar-se mediante uma das formas previstas no Ofício-Circulado n.º 30009, de 1999.12.10, nomeadamente através de declaração emitida pelo adquirente dos bens, confirmando ter efetuado as correspondentes aquisições intracomunitárias no Estado-Membro de destino dos bens. Não cabe à Autoridade Tributária e Aduaneira pronunciar-se sobre o teor da declaração a emitir pelo adquirente dos bens. No entanto, e embora o Ofício-Circulado n.º 30009, de 1999.12.10, não se pronuncie sobre o conteúdo dessa declaração, é pressuposto de que, do mesmo, resultará, de forma clara e inequívoca, que se está perante uma transmissão intracomunitária de bens isenta no território nacional, à qual corresponde a respetiva aquisição intracomunitária de bens, tributada no Estado-Membro do adquirente. No caso concreto, e não obstante resulte da conjugação entre a

fatura emitida pela Requerente (nomeadamente pelos elementos referentes ao adquirente e local de descarga dos bens) e a declaração (a ser assinada pelo adquirente dos bens) que a operação é uma transmissão intracomunitária de bens isenta ao abrigo da alínea a) do artigo 14.º do RITI, afigura-se que, nesta última, deve indicar-se, expressamente, que, no Estado-Membro de destino dos bens (França), foi efetuada a correspondente aquisição intracomunitária.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14095.pdf

Ficha doutrinária: Processo: nº 14162/2018, sobre Prestações de serviços - Aluguer de equipamentos, a entidades hospitalares públicas e privadas, para a neuromonitorização em doentes nesses estabelecimentos hospitalares, não se inclui no conceito de prestações de serviços médicos isentas. Disponibilizado em 28 de agosto

Diploma: CIVA; Artigo: al c), do n.º 1, do art. 18.º.

Conclusão: No caso concreto, está em causa o aluguer de equipamento médico a entidades hospitalares públicas e privadas, para a neuromonitorização de doentes nesses estabelecimentos hospitalares. Assim, e atento o conceito de "prestações de serviços médicos" previsto nos citados Acórdãos do TJUE, tais serviços extravasam o âmbito de aplicação das alíneas 1) e 2) do artigo 9.º do CIVA, não merecendo acolhimento nas isenções ali consagradas. Face ao exposto, os serviços de aluguer de equipamento médico configuram operações sujeitas a imposto e dele não isentas, passíveis de tributação à taxa normal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA.

Encontrando-se a Requerente enquadrada em sede deste imposto na isenção do artigo 9.º do CIVA (operações que não conferem direito à dedução) e passando a exercer, simultaneamente, uma atividade sujeita a imposto e dele não isenta (operações que conferem direito à dedução) constitui-se, para efeitos de IVA, como um sujeito passivo misto. Tal circunstância, bem como o exercício da nova atividade, devem ser indicados numa declaração de alterações a entregar, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do CIVA que determina que "Sempre que se verifiquem alterações de qualquer dos elementos constantes da declaração relativa ao início de atividade, deve o sujeito passivo entregar a respetiva declaração de alterações", no prazo de 15 dias a contar da data da alteração (n.º 2 do artigo 32.º), podendo utilizar um dos meios previstos no n.º 1 do artigo 35.º do CIVA. Nesta declaração, e atento o disposto no artigo 23.º do CIVA, deve, ainda, definir o método a utilizar para efeitos do exercício do direito à dedução do imposto, ou seja, o método da percentagem de dedução designado por prorata, ou o método da afetação real.

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/informacoes_vinculativas/despesa/civa/Documents/INFORMACAO_14162.pdf

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

PT20880 - IRC – Pagamentos por conta - Julho 2017 - Uma sociedade, que cessou atividade para efeitos de IVA 12 de fevereiro de 2016, tem de efetuar pagamentos por conta em 2017 e nos anos seguintes? Nos termos do artigo 34.º do Código do IVA, a cessação da atividade verifica-se quando se deixem de praticar atos relacionados com atividades determinantes de tributação durante dois anos consecutivos, quando se esgote o ativo da empresa, ou quando sejam partilhados os bens afetos ao exercício da atividade.

Esta cessação, tendo efeitos em sede deste imposto, deixa de ter de se efetuar o envio das declarações periódicas do IVA. Todavia, enquanto não houver o encerramento de liquidação, a sociedade continua a ter de cumprir com todas as suas obrigações declarativas em sede de IRC nomeadamente, a entrega da declaração Modelo 22 e da IES.

A cessação em sede de IVA não produz efeitos suspensivos no pagamento por conta, conforme pode ocorrer com o pagamento especial por conta (artigo 106.º, n.º 11, alínea c) do CIRC).

<https://www.occ.pt/pt/noticias/irc-pagamentos-por-conta-2-2-2-2/>

PT20819 Abate de ativos fixos tangíveis O n.º 3 do artigo 31-B.º do CIRC estabelece que o valor líquido fiscal dos itens de ativo fixo tangível abatidos fisicamente no próprio período de tributação, eventualmente corrigido de algum valor recebido pelo abate, pode ser aceite como gasto em termos fiscais, desde que:

- Seja comprovado o abate físico do item, através do respetivo auto, assinado por duas testemunhas, e identificados e comprovados os factos que originaram o abate;
- O auto seja acompanhado de relação discriminativa dos itens em causa, contendo, relativamente a cada item, a descrição, o ano e o custo de aquisição, bem como o valor líquido contabilístico e o valor líquido fiscal;
- Seja comunicado ao serviço de finanças da área do local onde aqueles itens se encontrem, com a antecedência mínima de 15 dias, o local, a data e a hora do abate físico e o total do valor líquido fiscal dos mesmos.

Esta documentação referida no n.º 3 do artigo 31.º-B do CIRC deve ser incluída no dossiê fiscal, conforme estabelece o n.º 6 desse artigo.

<https://www.occ.pt/pt/noticias/abate-de-ativos-fixos-tangiveis/>

PT20886 - Contabilidade geral – Método da Equivalência Patrimonial - Julho 2017

Pretende-se saber o tratamento contabilístico a dar à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e cálculo da quota-parte de prejuízos entre sociedades subsidiárias.

A entidade adquirente está a adotar a Norma contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), pelo que é facultativa a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme parágrafo 29 da NCRF 13.

Nos termos do parágrafo 17.7 da NCRF-PE, a mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos pode ser efetuada de acordo com o MEP, tal como previsto na NCRF 13, desde que esta opção seja aplicada a todos os investimentos da mesma

natureza. O tratamento contabilístico relacionado com aquisições de partes de capital de outra entidade está previsto nas Normas contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 13 - "Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas", NCRF 15 - "Investimentos em Subsidiárias e Consolidação" e NCRF 27 - "Instrumentos financeiros".

<https://www.occ.pt/pt/noticias/contabilidade-geral-metodo-da-equivalencia-patrimonial/>

Artigo - Jornal de Negócios – IVA - Prestações recíprocas – 6/8/2018, Ao contrário do que se poderia supor, a contrapartida não tem de ser, necessariamente, efetuada em dinheiro. Em sede de IVA, o valor tributável de uma dada venda de bens ou serviços é o montante da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro.

Ao contrário do que se poderia supor, a contrapartida não tem de ser, necessariamente, efetuada em dinheiro. Para efeitos deste imposto, a contrapartida de uma entrega de bens ou de uma prestação de serviços pode ser efetuada em espécie.

https://www.occ.pt/fotos/editor2/jneg6agosto_acs.pdf

Artigo – JORNAL i – artigo da Bastonária Dr.ª Paula Franco 06-08-2018

Um artigo de opinião muito pertinente em que entre outros aborda a situação do agravamento das obrigações que retira muita qualidade de vida aos contabilistas; dos baixos valores de avenças cobrados: " Às vezes oferecem 50, 100 euros pelos seus serviços. Isso não paga sequer a responsabilidade que têm". Referiu ainda a necessidade de se reverem os prazos de entrega de declarações fiscais que coincidem com os períodos de férias: "As férias fiscais são tão importantes como as férias judiciais que já existem"

https://www.occ.pt/fotos/editor2/jornali_6agosto2018.pdf

PT20957 - IVA das importações – Reembolsos, disponibilizado em 31 de agosto

Pretende-se saber os cuidados a ter no preenchimento dos novos campos 18 e 19 da declaração periódica na aplicação offline.

Os sujeitos passivos devem confirmar os valores inscritos nos campos 18 e 19 por confronto com os elementos das declarações aduaneiras de importação relativas ao período declarativo, devendo estar na posse das mesmas.

A declaração aduaneira de importação pode ser objeto de revisão, a pedido do declarante ou por iniciativa dos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira, pelo que a validação dos valores inscritos nos campos 18 e 19 da declaração periódica do IVA deve ser efetuada por confronto com os elementos da declaração de importação, cuja versão e revisão se encontrem vigentes.

<https://www.occ.pt/pt/noticias/iva-das-importacoes-reembolsos/>

CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa

Processo nº 221/2017-T; Data da decisão: 2017-10-27; Valor do pedido: € 236.344,56; Tema: IRC – CDT Portugal - Holanda

https://caad.org.pt/tributario/decisoes/decisao.php?s_processo=&s_data_ini=&s_data_fim=&s_resumo=&s_artigos=&s_texto=&listPage=298&id=3100&ccsForm=record%3AEdit

Europa.eu

Acordo entre a União Europeia e o Reino da Noruega, 01 de agosto - Cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do imposto sobre o valor acrescentado.

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22018A0801\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22018A0801(01)&from=PT)

Acórdão do TJUE, Processo C 16/17, 7 de agosto de 2018- TGE Gas Engineering

«Reenvio prejudicial — Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Dedução do imposto pago a montante — Constituição e extensão do direito à dedução».

Pelos fundamentos expostos, o Tribunal de Justiça (Quinta Secção) declara: Os artigos 167.º e 168.º da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, conforme alterada pela Diretiva 2010/45/UE do Conselho, de 13 de julho de 2010, assim como o princípio da neutralidade devem ser interpretados no sentido de que se opõem a que a Administração Fiscal de um Estado-Membro considere que uma sociedade que tem a sua sede noutro Estado-Membro e a sucursal que a mesma detém no primeiro desses Estados constituem dois sujeitos passivos distintos por cada uma dessas entidades dispor de um número de identificação fiscal e, por essa razão, recuse à sucursal o direito de deduzir o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) liquidado nas notas de débito emitidas por um agrupamento complementar de empresas do qual a referida sociedade, e não a sua sucursal, é membro.

<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=204745&pageIndex=0&doclang=pt&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=415540>

Outros temas de interesse

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Artigo sobre o BREXIT -

O Reino Unido apresentou ao Conselho Europeu, a 29 de março de 2017, a notificação da sua intenção de saída da União, nos termos do artigo 50.º do Tratado da União Europeia. Isto significa que o Reino Unido sairá da UE a 29 de março de 2019, exatamente dois anos após a dita notificação (salvo se vier a haver decisão, tomada por unanimidade dos Estados-Membros, para adiar a data de saída). Significa ainda que, a partir de 30 de março de 2019, todas as leis

da União deixarão de ser aplicáveis ao Reino Unido, passando a ser um "país terceiro" (país não membro da UE).

Havendo ainda incertezas quanto à conclusão de um acordo de saída (as negociações estão ainda em curso) e quanto à sua ratificação antes dessa data limite de 30 de março de 2019, importa que todas as partes interessadas, e especialmente os operadores económicos, se preparem para esta nova realidade, de modo a evitar disrupções e minimizar perturbações à sua atividade.

Neste sentido, a DGAE elaborou um documento informativo, alertando os operadores económicos nacionais para a premência de acelerarem a sua preparação para o Brexit, a todos os níveis e para todos os cenários. Este e outros documentos de preparação para o Brexit encontram-se disponíveis no sítio da DGAE: <http://www.dgae.gov.pt/> (ver *Documentação e Comunicar às Empresas/Brexit*).

<http://www.ccp.pt/CCP/pt-PT/36/1725/Noticia.aspx>

Caso seja necessário algum esclarecimento técnico adicional estamos disponíveis através do nosso Departamento de Assessoria Técnica.

Tel. 21 458 5700

Elaborado por: Manuela Reinolds de Melo